



VOL. II - Nº 3 Julio/Septiembre 2016

ISSN 0719 - 5729

CUERPO DIRECTIVO

Director

Juan Luis Carter Beltrán

Universidad de Los Lagos, Chile

Editor

Juan Guillermo Estay Sepúlveda

Universidad de Los Lagos, Chile

Editores Adjuntos

Javier Mariscal Vega

Observatorio del Deporte ODEP, Chile

Roberto Sáez Lafourcade

Observatorio del Deporte ODEP, Chile

Secretario Ejecutivo y Enlace Investigativo

Héctor Garate Wamparo

Universidad de Los Lagos, Chile

Cuerpo Asistente

Traductora: Inglés – Francés

Pauline Corthorn Escudero

Asesorías 221 B, Chile

Traductora: Portugués

Elaine Cristina Pereira Menegón

Asesorías 221 B, Chile

Diagramación / Documentación

Carolina Cabezas Cáceres

Asesorías 221 B, Chile

Portada

Felipe Maximiliano Estay Guerrero

Asesorías 221 B, Chile

COMITÉ EDITORIAL

Mg. Adriana Angarita Fonseca

Universidad de Santander, Colombia

Lic. Marcelo Bittencourt Jardim

CENSUPEG y CMRPD, Brasil

Mg. Yamileth Chacón Araya

Universidad de Costa Rica, Costa Rica

Dr. Óscar Chiva Bartoll

Universidad Jaume I de Castellón, España

Dr. Miguel Ángel Delgado Noguera

Universidad de Granada, España

Dr. Jesús Gil Gómez

Universidad Jaume I de Castellón, España

Ph. D. José Moncada Jiménez

Universidad de Costa Rica, Costa Rica

Mg. Ausel Rivera Villafuerte

Secretaría de Educación Pública SEP, México

Mg. Jorge Saravi

Universidad Nacional La Plata, Argentina

Comité Científico Internacional

Ph. D. Víctor Arufe Giraldez

Universidad de La Coruña, España

Ph. D. Juan Ramón Barbany Cairo

Universidad de Barcelona, España

Ph. D. Daniel Berdejo-Del-Fresno

England Futsal National Team, Reino Unido

The International Futsal Academy, Reino Unido

Dr. Antonio Bettine de Almeida

Universidad de Sao Paulo, Brasil

Dr. Oswaldo Ceballos Gurrola
Universidad Autónoma de Nuevo León, México

Ph. D. Paulo Coêlho
Universidad de Coimbra, Portugal

Dr. Paul De Knop
Rector Vrije Universiteit Brussel, Bélgica

Dr. Eric de Léséleuc
INS HEA, Francia

Mg. Pablo Del Val Martín
*Pontificia Universidad Católica del Ecuador,
Ecuador*

Dr. Christopher Gaffney
Universität Zürich, Suiza

Dr. Marcos García Neira
Universidad de Sao Paulo, Brasil

Dr. Misael González Rodríguez
Universidad de Ciencias Informáticas, Cuba

Dra. Carmen González y González de Mesa
Universidad de Oviedo, España

Dr. Rogério de Melo Grillo
Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Dra. Ana Rosa Jaqueira
Universidad de Coimbra, Portugal

Mg. Nelson Kautzner Marques Junior
Universidad de Rio de Janeiro, Brasil

Ph. D. Marjeta Kovač
University of Ljubljana, Slovenia

Dr. Amador Lara Sánchez
Universidad de Jaén, España

Dr. Ramón Llopis-Goic
Universidad de Valencia, España

Dr. Osvaldo Javier Martín Agüero
Universidad de Camagüey, Cuba

Mg. Leonardo Panucia Villafañe
Universidad de Oriente, Cuba
Editor Revista Arranca

Ph. D. Sakis Pappous
Universidad de Kent, Reino Unido

Dr. Nicola Porro
*Universidad de Cassino e del Lazio
Meridionale, Italia*

Ph. D. Prof. Emeritus Darwin M. Semotiuk
Western University Canada, Canadá

Dr. Juan Torres Guerrero
Universidad de Nueva Granada, España

Dra. Verónica Tutte
Universidad Católica del Uruguay, Uruguay

Dr. Carlos Velázquez Callado
Universidad de Valladolid, España

Dra. Tânia Mara Vieira Sampaio
Universidad Católica de Brasilia, Brasil
*Editora da Revista Brasileira de Ciência e
Movimento – RBCM*

Dra. María Luisa Zagalaz Sánchez
Universidad de Jaén, España

Dr. Rolando Zamora Castro
Universidad de Oriente, Cuba
Director Revista Arranca

Asesoría Ciencia Aplicada y Tecnológica:
CEPU – ICAT
Centro de Estudios y Perfeccionamiento
Universitario en Investigación
de Ciencia Aplicada y Tecnológica
Santiago – Chile

Indización

Revista ODEP, indizada en:



CENTRO DE INFORMACION TECNOLOGICA

**EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
UMA ANÁLISE DO CURRÍCULO DO CURSO DA UNEB CAMPUS IV**

**EDUCACIÓN FÍSICA EN LA EDUCACIÓN INICIAL:
UN ANÁLISIS DEL CAMPUS UNEB IV Y CURRÍCULO DE CURSO**

Mg. Osni Oliveira Noberto da Silva

Universidade do Estado de Bahia, Brasil
osni_edfisica@yahoo.com.br

Lic. Geise Sousa Oliveira

Universidade do Estado de Bahia, Brasil
geise_sousa2008@hotmail.com

Fecha de Recepción: 28 de marzo de 2016 – **Fecha de Aceptación:** 30 de mayo de 2016

Resumo

A investigação central do artigo está em desvendar se o currículo do curso de Licenciatura em Educação Física da UNEB campus IV oferece subsídios para o recém-formado atuar na Educação Infantil, objetivando levantar informações acerca do papel do professor de Educação Física na Educação Infantil; Analisar as bases legais existentes no país que dão subsídios a intervenção do professor de Educação Física na educação infantil e compreender a estrutura curricular do curso de Licenciatura em Educação Física da UNEB relacionando à formação do professor e sua atuação na Educação Infantil.

Palavras Chaves

Educação Física – Educação Infantil – Currículo

Resumen

La investigación de este artículo es dar a conocer el plan de estudios de Licenciado en Educación Física UNEB Campus IV, que ofrece subvenciones para la nueva formación en Educación Infantil, con el objetivo de recopilar información sobre el papel de profesor de educación física en el ciclo de educación básica. Además, se plantea analizar las bases legales existentes en el país que dan subvenciones a la intervención de un profesor de educación física en la educación infantil y entienden el plan de estudios de la Licenciatura en Educación Física UNEB relativos a la formación de los profesores y su papel en la educación infantil.

Palabras Claves

Educación Física – Educación infantil – Currículo

Introdução

Este texto é fruto de pesquisa desenvolvida no curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas, Campus IV, Jacobina. A realização deste estudo está embasado na afirmação de Silva e Pinheiro¹ ao dizer que no que se refere a realidade de pesquisas relacionadas a Educação Física Escolar a educação infantil não tem sido privilegiada como campo ou objeto de estudo da Educação Física, tornando a produção referente a esta etapa de ensino, incipiente e esparsa. Sabendo da importante atuação do profissional de Educação Física na Educação Infantil e a relação desta etapa de ensino com o movimento citado nos documentos legais que dão base a esta primeira etapa escolar, este estudo tem a preocupação de contribuir para que esta área seja tida como objeto de estudo da Educação Física não menos importante que as outras etapas de ensino.

Em contrapartida, Carvalho² afirma em seu estudo, realizado entre 1997 a 2007 que “tem-se que a presença da Educação Física na Educação Infantil vem sendo ampliada em, pelo menos, duas frentes: nas escolas e também na produção de trabalhos sobre o tema”. O que reforça a necessidade de estudo sobre o tema para que se haja reflexões e bases para atuação do profissional.

Na prática esta pesquisa tem caráter também informativo e reflexivo para que os pesquisadores, profissionais em formação e os que já atuam, em especial os da UNEB campus IV, encontrem neste trabalho uma análise documental que embasa nosso curso o aproximando da realidade acadêmica em que se encontram, podendo posteriormente contribuir na reformulação do currículo de Educação Física do campus.

De acordo com Lei de Diretrizes e Bases Art.29º Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica tendo como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, no que se refere ao seu aspecto físico, psicológico, intelectual e social.

Percebe-se a possibilidade de atuação do profissional de Educação Física nesta etapa de ensino, porém tem-se a necessidade de algum componente curricular no curso de licenciatura em Educação Física que se destine a Educação Infantil e suas especificidades para que, assim, o profissional tenha capacidade para atuar nesta etapa da educação. Pereira et al³ acredita que a ausência de um profissional na área da Educação Física interfere de maneira negativa e significativa não só no desenvolvimento motor como na aquisição e estimulação de capacidade cognitivas e psíquicas, como a atenção. Sabendo-se da relevância do profissional de Educação Física atuando na Educação Infantil e que para isso este carece de uma formação na qual o qualifique e que lhe dê subsídios para a intervenção com este público, forma-se a afirmação hipotética de que o curso de licenciatura em Educação Física da UNEB campus IV fornece subsídios suficientes para a atuação dos futuros profissionais na Educação Infantil.

¹ E. F. Silva y M. C. M. Pinheiro, A Educação Infantil como campo de conhecimento e suas possíveis interfaces com a Educação Física. Revista Pensar a Prática. Goiânia, GO, v. 5, Jul./Jun. 2001/2002.

² A. C. A. Carvalho, Educação Física na Educação Infantil: produções apresentadas no CONBRACE (1997 a 2007). Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Física Fisioterapia e Terapia Ocupacional, 2009.

³ M. B. Pereira; N. Fregonese y Z. C. L. Toledo, Educação Física na Educação Infantil: O Desenvolvimento da Atenção em Crianças de 5 Anos. Universidade do Estado de Londrina, 2009.

Diante destas considerações, surge o problema: O currículo do curso de Licenciatura em Educação Física da UNEB campus IV oferece subsídios para o recém-formado atuar na Educação Infantil?

Para nortear esta pesquisa tem-se como objetivo geral investigar se o currículo do curso de Licenciatura em Educação Física da UNEB campus IV oferece subsídios para o recém-formado atuar na Educação Infantil. Para alcançá-lo formulou-se três objetivos específicos: 1. Levantar informações acerca do papel do professor de Educação Física na Educação Infantil; 2. Analisar as bases legais existentes no país que dão subsídios a intervenção do professor de Educação Física na educação infantil 3. Compreender a estrutura curricular do curso de Licenciatura em Educação Física da UNEB relacionando à formação do professor e sua atuação na Educação Infantil.

Assim, a pesquisa se faz importante pelas informações significativas que nela se encontra, trazendo um apanhado teórico/ documental do campus em questão, da Educação Infantil e a inserção da Educação Física na Educação Infantil, proporcionando criticidade a respeito da realidade acadêmica e social do indivíduo leitor.

Educação infantil

A LDB (Lei de Diretrizes e Bases) reconhece a Educação Infantil como componente da educação básica tendo como finalidade o desenvolvimento integral da criança com idade até cinco anos, em seu aspecto físico, psicológico, intelectual e social. A Educação Infantil deve se organizar de acordo com as regras que constam nesta lei, como: avaliação ser realizada com acompanhamento e registro do desenvolvimento da criança sem visar a promoção; deve ter carga horária anual de no mínimo oitocentas horas sendo distribuída por um mínimo de duzentos dias letivos; atendimento à criança que variam de acordo com turno parcial de no mínimo quatro horas diárias e sete horas para jornada integral; exigência de frequência mínima de 60% (sessenta por cento) sendo controlada pela instituição de ensino; emissão de documento que ateste os processo de desenvolvimento e aprendizagem da criança.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil esta é a primeira etapa da educação básica, sendo ofertada em creches e pré-escolas, podendo ser em estabelecimentos públicos ou privados no período diurno de jornada parcial ou integral e destinado ao cuidado e educação de crianças de 0 a 5 anos de idade.

O currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade.⁴

A Educação Infantil deve ser ofertada pelo Governo de forma gratuita nas instituições próprias desta etapa de ensino, a criança tem o direito de usufruir e a família tem liberdade de aceitar. Salienta-se também que a função desta fase inicial de ensino é diferenciada, contudo complementar a ação da família, o que ocasiona o relacionamento, interação e articulação entre elas.

⁴ Brasil, Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 5/2009. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 18 dez de 2009, art. 3º.

Este documento orienta que a proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo garantir à criança o acesso

“a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças.”⁵

As crianças devem ser vistas como seres completos em processo de desenvolvimento e comportamentos típicos de sua idade como alerta Bock et all “A criança não é um adulto em miniatura [...] apresenta características próprias de sua idade”⁶. Esta afirmação contempla o documento da Política Nacional da Educação Infantil no qual esclarece que no processo pedagógico deve considerar as crianças em sua totalidade, observando suas especificidades, as diferenças entre as mesmas e sua maneira privilegiada de conhecer o mundo através do brincar.

O desenvolvimento mental da criança caminha em direção ao equilíbrio final que representa o adulto como afirma Piaget “O desenvolvimento [...] é uma equilibração progressiva, uma passagem contínua de um estado de menor equilíbrio para um estado de equilíbrio superior”⁷ e este desenvolver inclui o intelectual, afetivo, social e motor.

Assim, como aponta Rolim “O objetivo da Educação Infantil é fornecer às crianças os meios essenciais para o desenvolvimento integral de suas capacidades fundamentais, de acordo com suas necessidades físicas e psicológicas”⁸. É papel dessa primeira etapa de ensino estimular o desenvolvimento da criatividade e também autonomia para que progressivamente a criança alcance o equilíbrio final.

Piaget aponta as fases de desenvolvimento da criança já que, como já mencionado, este grupo tem características típicas de acordo com a faixa etária, ou seja, são caracterizadas por ações próprias de sua idade. Dentre as fases que o autor apresenta se enquadra neste estudo o período sensório- motor (0 a 2 anos) e o pré-operatório (2 a 7 anos). O primeiro diz respeito ao recém-nascido e ao lactente sendo marcado pelo grande desenvolvimento mental, “representa a conquista, através da percepção e dos movimentos, de todo o universo prático que cerca a criança”⁹. O autor fala de dois estágios, o primeiro ligado ao reflexo e instinto (alimentação, emoções e postura) e o segundo estágio refere-se a percepções e hábitos e é nesse estágio que “o lactente começa por se interessar essencialmente por seu corpo, seus movimentos e pelos resultados destas ações.”¹⁰ O período pré-operatório chamado também de primeira infância é marcado pelo aparecimento da fala e então surgem, segundo Piaget, três conseqüências essenciais para o desenvolvimento mental que são: início da socialização da ação, aparição do pensamento e interiorização da ação. Além disso, afetivamente, surgem as simpatias, antipatias, respeito, entre outros.

⁵ Brasil, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil (Brasília: MEC, SEB, 2010), 18.

⁶ A. M. B. Bock; O. Furtado y M. L. T. Teixeira, *Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia* (Barra Funda: Editora Saraiva, 1999).

⁷ J. Piaget, *Seis Estudos de Psicologia* (Rio de Janeiro: Forense, 1972).

⁸ L. R. Rolim, *O professor de Educação Física na Educação Infantil: uma revisão bibliográfica*. 2010.

⁹ J. Piaget, *Seis Estudos de Psicologia...* 16.

¹⁰ J. Piaget, *Seis Estudos de Psicologia...* 22.

Bock et all¹¹ complementa que é nesse período a maturação neurofisiológica se completa, permitindo desenvolver novas habilidade, como a coordenação motora fina (segurar o lápis de maneira correta e fazer movimentos delicados como na escrita).

O Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil trata do movimento como conteúdo que deve ser trabalhado nesta etapa proporcionando bons resultados as crianças:

[...] tem como a permanente exigência de contenção motora pode estar baseada na idéia de que o movimento impede a concentração e a atenção da criança, ou seja, que as manifestações motoras atrapalham a aprendizagem. Todavia, a julgar pelo papel que os gestos e as posturas desempenham junto à percepção e à representação, conclui-se que, ao contrário, é a impossibilidade de mover-se ou de gesticular que pode dificultar o pensamento e a manutenção da atenção.¹²

Este documento explica que ao se movimentar, as crianças expressam sentimentos, emoções e pensamentos, havendo ampliação de possibilidades no uso significativo de gestos e posturas corporais . “O movimento humano, portanto, é mais do que simples deslocamento do corpo no espaço: constitui-se em uma linguagem que permite às crianças agirem sobre o meio físico e atuarem sobre o ambiente humano, mobilizando as pessoas por meio de seu teor expressivo.”¹³

Trabalhar com movimento de acordo com o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil, contempla as múltiplas funções e manifestações do ato motor, ocasionando num amplo desenvolvimento de aspectos que são específicos da motricidade das crianças.

O Referencial traz ainda os objetivos a serem alcançados pelas crianças através da prática pedagógica organizada. Em crianças de zero a três anos:

- “• familiarizar-se com a imagem do próprio corpo;
- explorar as possibilidades de gestos e ritmos corporais para expressar-se nas brincadeiras e nas demais situações de interação;
- deslocar-se com destreza progressiva no espaço ao andar, correr, pular etc., desenvolvendo atitude de confiança nas próprias capacidades motoras;
- explorar e utilizar os movimentos de preensão, encaixe, lançamento etc., para o uso de objetos diversos.”¹⁴

Em crianças de quatro a seis anos os objetivos acima citados deverão ser aprofundados e ampliados a fim de garantir oportunidades para as estas crianças serem capazes de:

- “• ampliar as possibilidades expressivas do próprio movimento, utilizando gestos diversos e o ritmo corporal nas suas brincadeiras, danças, jogos e demais situações de interação;

¹¹ A. M. B. Bock; O. Furtado y M. L. T. Teixeira, Psicologias: uma introdução ao...

¹² Brasil, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para educação infantil. MEC/SEF, 1998.

¹³ Brasil, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular...

¹⁴ Brasil, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular...

- explorar diferentes qualidades e dinâmicas do movimento, como força, velocidade, resistência e flexibilidade, conhecendo gradativamente os limites e as potencialidades de seu corpo;
- controlar gradualmente o próprio movimento, aperfeiçoando seus recursos de deslocamento e ajustando suas habilidades motoras para utilização em jogos, brincadeiras, danças e demais situações;
- utilizar os movimentos de preensão, encaixe, lançamento etc., para ampliar suas possibilidades de manuseio dos diferentes materiais e objetos;
- apropriar-se progressivamente da imagem global de seu corpo, conhecendo e identificando seus segmentos e elementos e desenvolvendo cada vez mais uma atitude de interesse e cuidado com o próprio corpo.”¹⁵

Rolim¹⁶ em outras palavras explica que na infância a criança explora o ambiente, passando por experiências importantes para seu desenvolvimento intelectual tomando, assim, consciência de si e do mundo que a cerca. Este autor completa que na Educação Física Infantil o movimento, o lúdico e a corporeidade são indispensáveis nas aulas.

Para Silva et al atividade com movimento são importantes para a criança e por ser vista como ser global afirma que não se deve limitar os movimentos restringindo os padrões motores que a criança já tinha aprendido. Silva também aponta a brincadeira como o ideal para o período pré-escolar, pois “[...] o movimento, inserido no contexto da brincadeira, desempenha um papel decisivo ao dar sentido às ações das crianças”¹⁷.

Este papel decisivo é explicado por Kaefer y Assis¹⁸ que afirmam que é através do brincar que a criança explora o corpo, interage com os outros corpos e desenvolve seu crescimento cognitivo e motor e por isso a Educação Física tem papel importante nessa etapa de ensino.

Percebe-se que Educação Física se enquadra nestas descrições das sugestões de como devem ser as atividades já que para Carvalho “[...] é uma área de conhecimento que utiliza as atividades físicas, orientadas por processos didáticos e pedagógicos, com a finalidade do desenvolvimento integral do homem, consciente de si mesmo e do mundo que o cerca.”¹⁹ O que significa que não se tem a intenção de brincar por brincar, mas tem-se a brincadeira como meio de alcançar objetivos. Basei coloca que neste processo a criança não só aprende, mas aprende junto ao outro, de acordo com o que grupo social que se encontra produz, ou seja, valores, linguagem, símbolos, signos e conhecimento, sendo assim o autor afirma que “É importante ressaltarmos [...] que o corpo fala, cria e aprende com o movimento.”²⁰ Ou seja, a criança se expressa com o corpo e estabelece relações com os outros e com o meio construindo sua cultura e identidade.

¹⁵ Brasil, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular...

¹⁶ L. R. Rolim, O professor de Educação Física na Educação Infantil...

¹⁷ E. S. Silva; I. R. Silva y M. P. Andrade, A contribuição da Educação Física na aprendizagem infantil segundo a opinião dos professores. Ji-Paraná/Ro, 2007.

¹⁸ R. C. L. Kaefer y A. E. S. Assis, A Importância da Educação Física na Educação Infantil. 2008.

¹⁹ A. C. A. Carvalho, Educação Física na Educação Infantil...

²⁰ A. P. Basei, A Educação Física na Educação Infantil: a importância do movimentar-se e suas contribuições no desenvolvimento da criança. Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria. 2008.

Neto²¹ ao tratar de abordagem desenvolvimentista, cita Darido quando diz que esta é direcionada especificamente para crianças de quatro a quatorze anos, pois dá uma fundamentação para a Educação Física Escolar. Pois segundo o autor esta abordagem defende o movimento como o principal objeto da Educação Física:

Defende a idéia de que o movimento é o principal meio e fim da Educação Física. Seu objetivo se resume em oferecer experiências de movimentos adequados ao nível de desenvolvimento da criança para que ela aprenda as habilidades motoras. Por isso, uma aula de Educação Física deve privilegiar o aprendizado do movimento, mesmo que outras aprendizagens ocorram em decorrência da prática das habilidades motoras.²²

É ressaltada a importância de se atentar ao desenvolvimento motor de cada idade para que haja uma organização na formação de estruturas motoras, assim como a relevância de olhar para a criança como ser histórico já que se encontra num meio sócio-cultural.

Quanto ao aprendizado Bock et al cita a teoria de Vygotsky na qual diz que o aprendizado depende da figura do outro e do contato que se tem com o outro, pois este tem o papel de fazer com que haja o pensamento sobre o mundo a nossa volta. “o desenvolvimento não é pensado como algo natural [...] mas como um processo em que estão presentes a maturação do organismo, o contato com a cultura produzida pela humanidade e as relações sociais que permitem a aprendizagem”²³.

É dito ainda que para Vygotsky a aprendizagem ocorre com a interação com adultos e colegas e que desenvolvimento e aprendizagem são indissociáveis, professores e alunos são parceiros nesta tarefa social e se alguma dificuldade surgir no processo todos são responsáveis e por isso “O aluno jamais poderá ser visto como alguém que não aprende, possuidor de algo interno que lhe dificulte a aprendizagem”²⁴.

A educação infantil nos currículos em Educação Física

De acordo com CNE/CES nº 492/ 2001 o currículo é todo e qualquer conjunto de atividade que formam um curso (conhecimento, competência, habilidade e objetivos a alcançar).

Silva²⁵ afirma que devemos entender currículo de acordo com suas diferentes perspectivas já que existem diferentes conceitos sobre o mesmo, ou seja, para ele pode-se tratar de currículo como resultados buscados na aprendizagem; como experiências que os estudantes desenvolvem sob supervisão da escola ou ainda como princípios de uma proposta educativa aberta a críticas e traduzida efetivamente para a prática.

²¹ C. G. Neto, Arcabouços e abordagens pedagógicas da Educação Física na Educação Infantil (Belo Horizonte, 2007).

²² C. G. Neto, Arcabouços e abordagens pedagógicas da Educação...

²³ A. M. B. Bock; O. Furtado y M. L. T. Teixeira, Psicologias: uma introdução ao... 124.

²⁴ A. M. B. Bock; O. Furtado y M. L. T. Teixeira, Psicologias: uma introdução ao... 126.

²⁵ T. T. Silva, Documentos de identidade: uma introdução as teorias do currículo (Belo Horizonte: Autêntica, 2002).

Silva, dentre outros autores que discutem currículo, cita Sousa que define currículo como um “conjunto de vivências formada ordenadamente em uma realidade concreta e historicamente situada, sendo usado nos estabelecimentos educacionais e para a formação de determinado tipo de profissional.”²⁶

Diante dessas duas últimas afirmações, o estudo se direciona a análise do currículo oficial dando ênfase a Educação Infantil.

Tratando de resoluções da Educação Física tem-se como ponto de partida a resolução 69/69, sendo a primeira a ser criada no ano de 1969 em que, de acordo com Silva²⁷, o currículo de formação da área ganha status de nível superior após esta resolução do Conselho Federal de Educação (CFE) tendo carga horária mínima de 1800 horas, conferindo o título de licenciatura plena e a possibilidade do título de técnico esportivo caso fosse completado a carga horário de mais duas disciplinas ou dois esportes. Eram ofertadas disciplinas subdivididas em básicas e profissionais. Referente a estas disciplinas Tojal aponta que um núcleo era de matérias básicas “voltadas para os conhecimentos biomédicos, matérias profissionais, de cunho ginástico desportivo”, ou seja, Biologia, Anatomia, Fisiologia, Cinesiologia, Biometria e Higiene e também um núcleo de matérias ditas pedagógicas, “conforme definido pelo Parecer nº 672/69 (Psicologia da Educação, Didática, Prática de Ensino através de Estágios Supervisionados e Estrutura de Ensino de 1º e 2º graus)”²⁸.

Nos anos 80 do século XX a Educação Física passa por uma “crise de identidade” materializando na Resolução CFE 03/87 que serviu como base norteadora dos cursos do país até 2004 com o advento de uma nova Resolução. Com a 03/87 abre-se a possibilidade de criação do bacharelado em Educação Física pelas instituições de ensino em função da crescente expansão do mercado não formal. Tojal esta Resolução fixa os mínimos de conteúdo e de duração a serem observados pelos Cursos de Graduação em Educação Física para o Bacharelado e/ou Licenciatura Plena. A proposta era “elevar o tempo mínimo de duração dos Cursos de 03 (três) para 04 (quatro) anos, e de estabelecer a carga horária de 2.880 horas em substituição as antigas 1.800 horas, passando a integralização dos estudos para o tempo mínimo de 04 e máximo de 07 anos.”²⁹

Os currículos de acordo com o 3º artigo seriam divididos em duas partes: A Formação Geral (conhecimento filosófico, conhecimento do ser humano, conhecimento da sociedade e conhecimento técnico) e Aprofundamento de Conhecimentos que diz respeito a cada Instituição de Ensino Superior selecionar disciplinas desenvolvidas de forma teórico-prática “atendendo aos interesses dos discentes, de forma a considerar as particularidades regionais, os perfis profissionais desejados e o mercado de trabalho.”³⁰

De acordo com o artigo 2º desta Resolução, os currículos dos cursos de Educação Física deveriam ser elaborados pelas IES, tendo quatro objetivos que deveriam seguir:

²⁶ O. O. N. Silva, Formação profissional em Educação Física no Brasil: história conflitos e possibilidades (Jundiaí: Paco Editorial, 2015), 20.

²⁷ O. O. N. Silva, Formação profissional em Educação Física no Brasil...

²⁸ J. B. Tojal, Formação de profissionais de educação física e esportes na América Latina. Movimento & Percepção, Espírito Santo de Pinhal, SP, v.5, n.7, jul/dez. (2005), 20.

²⁹ J. B. Tojal, Formação de profissionais de educação física e esportes... 30.

³⁰ O. O. N. Silva, Formação profissional em Educação Física no Brasil... 32.

Art. 2º Os currículos plenos dos cursos de graduação em Educação Física serão elaborados pelas instituições de ensino superior, objetivando:

- a) possibilitar a aquisição integrada de conhecimentos e técnicas que permitam uma nos campos da Educação Escolar (pré-escolar, 1º, 2º e 3º graus) e Não-Escolar (academias, clubes, centros comunitários/condomínios etc)
- b) desenvolver atitudes éticas, reflexivas, críticas, inovadoras e democráticas;
- c) prover o aprofundamento das áreas de conhecimento, de interesse e de aptidão do aluno, estimulando-o ao aperfeiçoamento contínuo;
- d) propiciar a auto-realização do estudante, como pessoa e como profissional.³¹

Em 2002 o governo federal aprovou as Resoluções CNE/CES 01/2002 e 02/2002 que reformula os cursos de licenciaturas, sendo esta última tratando de aumento de carga horária de estágio (400 horas), práticas curriculares (400 horas) e carga horária mínima (2800 horas). A Resolução 01/2002 segundo Tojal “instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de professores da Educação Básica, em nível superior, curso de Licenciatura, de graduação plena, servindo essa resolução como base legal para a preparação de professores de todas as áreas e campos do conhecimento.”³² Podendo citar o artigo 6º, parágrafo 3º da Resolução 01/2002 na qual define os conhecimentos exigidos para se ter competência de atuar nas diferentes etapas de educação básica:

§ 3º A definição dos conhecimentos exigidos para a constituição de competências deverá, além da formação específica relacionada às diferentes etapas da educação básica, propiciar a inserção no debate contemporâneo mais amplo, envolvendo questões culturais, sociais, econômicas e o conhecimento sobre o desenvolvimento humano e a própria docência, contemplando: I - cultura geral e profissional; II - conhecimentos sobre crianças, adolescentes, jovens e adultos, aí incluídas as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais e as das comunidades indígenas; III - conhecimento sobre dimensão cultural, social, política e econômica da educação; IV - conteúdos das áreas de conhecimento que serão objeto de ensino; V - conhecimento pedagógico; VI - conhecimento advindo da experiência.³³

A partir dessa organização de currículo para a formação do professor, na tentativa de tomar como base as Diretrizes Curriculares, o autor ainda relata que foi criada uma Comissão de Especialistas em Educação Física com o objetivo de propor reformulações. Silva³⁴ aponta que alguns defendiam a manutenção da divisão entre licenciatura e bacharelado tendo os primeiros conteúdos relacionados a escola e o segundo conteúdos que tratassem do não-escolar. A oposição defendia a proposta de “licenciatura ampliada” que dessa garantia dos conteúdos ou conhecimentos da Educação Física não havendo separação do campo de atuação. Ao encerrarem as discussões prevaleceu a primeira proposta que materializou a Resolução CNE/CES 07/2004.

³¹ Brasil, CFE – Resolução 03 / 87, de 16 de junho de 1987, Brasília: Documenta 315 / setembro, 1987.

³² J. B. Tojal, Formação de profissionais de educação física e esportes...

³³ Brasil, Conselho Nacional de Educação – Conselho Pleno, Parecer CNE/CES nº 1, de 18 de Fevereiro de 2002.

³⁴ O. O. N. Silva, Formação profissional em Educação Física no Brasil...

A Resolução 07/04, como já mencionado, veio para substituir a antiga Resolução 03/87 da Educação Física. As instituições que oferecem o curso deveriam seguir o que está escrito nesta resolução, caso fossem bacharelado e se possuísem cursos de licenciatura deveriam também seguir as normas das Resoluções CNE/CES nº 01 e 02/2002, segundo Silva³⁵ estas orientações causou muitas dúvidas por parte dos coordenadores dos cursos, surgindo diferentes tipos de formação em licenciatura e bacharelado em Educação Física. Ainda sobre esta resolução destaca-se o artigo 6º, parágrafo 1º dentre outros tópicos tratando de competências e habilidades que a formação deve oferecer:

Diagnosticar os interesses, as expectativas e as necessidades das pessoas (crianças, jovens, adultos, idosos, pessoas portadoras de deficiência, de grupos e comunidades especiais) de modo a planejar, prescrever, ensinar, orientar, assessorar, supervisionar, controlar e avaliar projetos e programas de atividades físicas, recreativas e esportivas nas perspectivas da prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer e de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas.³⁶

Desta forma, nota-se que dentre as quatro Resoluções citadas, a CFE 69/69 deixa claro que se atentou aos 1º e 2º graus, correspondendo hoje ao Ensino Fundamental e Ensino Médio respectivamente, a resolução CFE 03/87 aponta a pré-escola como etapa de ensino a ser contemplada pela Educação Física em seu artigo 2º alínea a, as resoluções CNE/CP 01/02 e CNE/CES 07/04 incluem o termo crianças apontando que o profissional deve possuir conhecimento deste público, mas não especifica idade, etapa de ensino, além de não especificar se é conteúdo/público da Educação Física como se percebe no capítulo 6º, parágrafo 3º, inciso II deste documento.

Assim, como entendemos que essas Resoluções norteiam e influenciam diretamente a construção dos currículos dos cursos, veremos como na prática, os conhecimentos referentes a infância e educação infantil foram distribuídos ao longo do fluxograma do curso de Educação Física da Uneb, campus IV.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa qualitativa na qual Lüdke e André³⁷, apontam que este tipo de pesquisa é uma atividade de interesse imediato e continuado. A abordagem qualitativa busca a complexidade do fenômeno, fatos e processos particulares e específicos de grupos mais ou menos delimitados em extensão. A pesquisa é documental o que de acordo com GIL assemelha-se a bibliográfica sendo diferidas na natureza das fontes. “[...] a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaboradas de acordo com os objetos de pesquisa”³⁸.

³⁵ O. O. N. Silva, Formação profissional em Educação Física no Brasil...

³⁶ Brasil, Conselho Nacional de Educação – Câmara de Educação Superior, Resolução CNE/CP nº 7, de 31 de Março de 2004.

³⁷ Lüdke, M. y André, M. E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas (São Paulo: EPU, 1986).

³⁸ A. C. Gil, Como elaborar projetos de pesquisa (São Paulo: Atlas, 2002), 45.

Este tipo de pesquisa, segundo Gil³⁹ apresenta várias vantagens, como baixo custo comparado a outros tipos de pesquisa, os documentos são fonte rica e estável de dados e não exige contato com o sujeito da pesquisa.

Para a coleta de dados será feita a análise documental, o que de acordo com Lacerda⁴⁰ se refere a exploração de documentos oficiais, reportagens de jornais, contratos, gravações, cartas e etc.

Foi escolhida análise de conteúdo como procedimento de análise de dados que segundo Bardin citado por Triviños define este procedimento como:

Um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens⁴¹.

Este autor ainda assinala três etapas básicas para este procedimento:

- Pré-análise: a organização do material
- Descrição analítica: do material que constitui o corpus é feito estudo aprofundado orientado, em princípio, pela hipótese e pelo referencial teórico
- Interpretação referencial: reflexão, intuição relacionados aos materiais de informação, aprofundando as conexões das ideias, chegando, se for possível, a propostas básicas de transformações

Neste trabalho serão analisados o fluxograma e o projeto de criação do curso de Educação Física do Departamento de Ciências Humanas da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), além das resoluções do Conselho Nacional de Educação CNE/CP 01/2002 e CNE/CES 07/2004 a primeira institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena e a segunda mais específica da área da Educação Física.

A UNEB é a maior instituição pública de ensino superior da Bahia, fundada em 1983 e mantida pelo Governo do Estado por intermédio da Secretaria da Educação (SEC), está presente geograficamente em todas as regiões do Estado, estruturada no sistema multicampi e que ainda de acordo com o endereço eletrônico a UNEB possui 29 Departamentos instalados em 24 campi sendo um sediado em Salvador, capital do estado onde se localiza a administração central e o campus IV, situado em Jacobina. Dentre as mais de 150 opções de curso desta Universidade e 5 opções do campus em que se trata o estudo, o qual se refere este trabalho propondo a realização de uma análise curricular deste curso.

³⁹ A. C. Gil, Como elaborar projetos de pesquisa...

⁴⁰ C. G. Lacerda, Análise da formação do professor de Educação Física da UEFS que legitime sua presença na escola de Educação Infantil. 78f. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação). Universidade Estadual de Feira de Santana, 2009.

⁴¹ A. N. S. Triviños, Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação (São Paulo: Atlas, 1987), 42.

Análise e discussão dos dados

O curso de Licenciatura em Educação Física da UNEB Campus IV, foi implantado em 2006 na cidade de Jacobina, onde se localiza o Departamento de Ciências Humanas. Em seu projeto de implantação é abordado, em geral, que a matriz curricular que será adotada é a do Campus XII - Guanambi já operacionalizada por lá. Este projeto tem como objetivo:

[...] apresentar uma proposta que possa oferecer uma matriz curricular capaz de construir um perfil acadêmico e profissional com competências, habilidades e conteúdos, dentro de perspectivas e abordagens contemporâneas de formação pertinentes e compatíveis com referenciais nacionais e internacionais, capazes de atuar com qualidade, eficiência e resolutividade, conforme prevê as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Educação Física; além de atender as especificidades locais, as características de uma instituição multicampi como a UNEB e a legislação vigente.⁴²

O curso tem como objetivo a formação de um profissional capaz de dar sua contribuição para que haja melhoria das condições que a Educação Física se desenvolve, assim como um profissional comprometido com o projeto de transformação social. Dispõe de uma carga horária total de 3.165 (três mil, cento e sessenta e cinco horas) com 420 (quatrocentas e vinte horas) destinadas a estágios sendo estipulados em ambas resoluções no mínimo 2.800 (duas mil e oitocentas horas), com carga 400 (quatrocentas horas) para estágios.

A organização do curso em eixos articuladores também está de acordo com a resolução 01/02, conforme as indicações a seguir:

“Art. 11. Os critérios de organização da matriz curricular, bem como a alocação de tempos e espaços curriculares se expressam em eixos em torno dos quais se articulam dimensões a serem contempladas, na forma a seguir indicada: I - eixo articulador dos diferentes âmbitos de conhecimento profissional; II - eixo articulador da interação e da comunicação, bem como do desenvolvimento da autonomia intelectual e profissional; III - eixo articulador entre disciplinaridade e interdisciplinaridade; IV - eixo articulador da formação comum com a formação específica; V - eixo articulador dos conhecimentos a serem ensinados e dos conhecimentos filosóficos, educacionais e pedagógicos que fundamentam a ação educativa; VI - eixo articulador das dimensões teóricas e práticas.”⁴³ (BRASIL, 2002).

Tratando de aspectos legais, a concepção curricular foi elaborada baseada, inicialmente, na Resolução nº 03/1987, do Conselho Federal de Educação. Assim, o projeto foi construído tendo como base as seguintes leis:

[...] as orientações da Lei nº 9394/96, as Diretrizes para Formação de Professores para Educação Básica, as Resoluções do CNE/CP 01/02

⁴² Universidade do Estado da Bahia, Disponível em <<http://www.uneb.br>> Pag. 3. Acessado em: 10 de setembro de 2015.

⁴³ Brasil, Conselho Nacional de Educação – Conselho Pleno, Resolução CNE/CP nº 2, de 19 de Fevereiro de 2002.

e 02/02, o Parecer CEE/CES nº 163/2002, que estabelece a necessidade de adequação das estruturas curriculares dos cursos de formação de professores, e o Parecer CNE/CES nº 138/2002, que estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Educação Física.⁴⁴

Ainda de acordo com este projeto, ao abordar sobre a credibilidade da instituição, é afirmado que a UNEB é referência para a qualificação do conjunto de sistemas da educação, já que forma professores que irão ensinar as crianças da educação infantil como também os adolescentes do ensino fundamental, médio e técnico.

Partindo para o fluxograma específico do curso, este encontra-se dividido em 8 blocos chamados eixos temáticos articuladores. No primeiro, subtítulo “conhecimento e identidade profissional”, encontra-se a disciplina Os Campos de Atuação do Profissional da Educação Física (Trabalho Orientado) com carga de 60 horas, traz em sua ementa: “Trabalho de campo objetivando o contato e a reflexão a respeito dos variados campos da atuação do profissional da Educação Física”⁴⁵. É afirmado que este componente curricular deve proporcionar contato e reflexão dos mais variados campos de atuação da área, não especificando-os (não formal, formal e etapas de ensino), sendo superficial permite o docente escolher quais campos serão contemplados o que não garante o estudo ou apontamentos sobre a educação infantil.

No segundo semestre do curso, que contempla os conhecimentos referente às bases epistemológicas da Educação Física, a disciplina Fundamentos Psicológicos da Educação Física “Analisa as teorias psicológicas sobre o desenvolvimento e a aprendizagem e sua relação com o ensino da Educação Física. O processo de desenvolvimento humano. O ser humano em suas dimensões biológicas cognitivas, emocionais e sociais nas principais correntes psicológicas.”⁴⁶ Assim trata do “desenvolvimento e a aprendizagem e sua relação com o ensino da Educação Física”, tendo o ser humano como referência, mas não especificando suas fases e por tanto não deixa explícito o termo criança como conteúdo a ser abordado nestas 75 horas de carga horária nem a garantia de que será abordada esta fase do indivíduo.

No terceiro bloco ou semestre, conhecido como “Conhecimento e Intervenção Pedagógica I” destaca-se o componente Fundamentos Teóricos e Metodológicos do jogo, na qual “Estuda os aspectos filosóficos e sociológicos do jogo e do esporte. Estuda e avalia as metodologias do ensino do jogo e do esporte. O significado do jogo. Concepções teóricas sobre o jogo e suas relações com o desenvolvimento da criança. Análise de referências lúdicas, aspectos metodológicos do jogo.”⁴⁷, em outras palavras, trata das metodologias de ensino, significado de jogo e suas concepções teóricas fazendo relação com o desenvolvimento da criança contemplando aspectos filosóficos e sociais, com carga horária de 60 horas é percebido que dentre aproximadamente 57 componentes curriculares do curso, esta é a única disciplina que deixa explícito em sua ementa o termo criança, não havendo em nenhuma outra ementa, palavra que se referisse ao período de desenvolvimento e etapa de ensino do público em questão.

⁴⁴ Universidade do Estado da Bahia... 45.

⁴⁵ Universidade do Estado da Bahia... 74.

⁴⁶ Universidade do Estado da Bahia... 76.

⁴⁷ Universidade do Estado da Bahia... 79.

Laboratório de Vivências e Reflexões de Práticas Corporais (Dança) referente a “Vivência e reflexão de conhecimentos relacionados com dança objetivando compreender as diversas dimensões que envolvem este conteúdo da cultura corporal, tendo como principal finalidade o subsídio da prática pedagógica do futuro profissional”.⁴⁸ E Princípios Teóricos e Metodológicos da Dança contemplando” aspectos históricos da dança. Dança enquanto fenômeno antropológico, social e político. Noções de ritmo, significados do gesto/ movimento e consciência corporal. Elementos básicos e aspectos metodológicos da dança⁴⁹ são disciplinas referentes ao quarto (Conhecimento e Intervenção Pedagógica II) e sexto (Bases para a Produção do Conhecimento e Intervenção Pedagógica II) períodos. Cada uma delas com 60 horas de carga horária, abordando sobre cultura corporal, fenômeno antropológico, social e político, movimento e consciência corporal, não se referindo ao público e portanto, não há menção de termos relacionados a criança, sua etapa de ensino mesmo que haja termos que implicitamente propõem o vínculo a este público, mas que por não trazer clareza, não assegura a discussão e abordagem direcionada a criança.

Do quinto ao oitavo blocos (Bases para a Produção do Conhecimento e Intervenção Pedagógica I, Bases para a Produção do Conhecimento e Intervenção Pedagógica II, Atuação Profissional e Conhecimento Científico I e Atuação Profissional e Conhecimento Científico) são ofertados os estágios (I, III, V e VII), sendo os dois primeiros de observação cada um com 30 horas e os últimos destinados a intervenção, neste caso, no âmbito escolar, com 75 horas cada um.

Nas ementas dos estágios de observação afirmam que se destina a “Analisar e discutir a partir da observação do espaço escolar as ações desenvolvidas, visando a elaboração e aplicação de uma proposta pedagógica no sétimo e oitavo semestre, tomando como base os referenciais teóricos e práticos vivenciados ao longo do curso.”⁵⁰ Já os de intervenção “Desenvolve proposta pedagógica relacionada com a Educação Física no espaço da educação básica. Aproximação do aluno com o trabalho docente na área da Educação Física Escolar sob orientação e supervisão do professor, compreendendo a elaboração de planejamentos didáticos, realização de aulas e discussão dos resultados do trabalho”⁵¹, assim, deve ser feita, a partir das observações, a proposta de intervenção para os próximos estágios tomando como base os conteúdos que foram abordados até então no curso, assim, não se tem bases teóricas e práticas quando se trata de Educação Infantil ou criança, tampouco obrigatoriedade de fazer a observação numa escola que disponha dessa etapa de ensino. Consequentemente as propostas que servirão para os estágios de intervenção não cabem ser destinadas a Educação Infantil por não haver contato suficiente para se elaborar tal atividade.

Nesta proposta de implantação, como foi apresentado, não se trata claramente e com frequência da Educação Infantil e termos relacionados em todo o corpo do projeto, inclusive ementas. Pôde ser notado que as referências foram mais preenchidas com os vocábulos de interesse deste estudo, sendo seis vezes citada a palavra “criança” e uma vez a palavra “infância”.

⁴⁸ Universidade do Estado da Bahia... 81.

⁴⁹ Universidade do Estado da Bahia... 84-85.

⁵⁰ Universidade do Estado da Bahia... 82-85.

⁵¹ Universidade do Estado da Bahia... 86-87.

As resoluções CNE/CP 01/2002 e 02/2002, como já dito anteriormente, embasaram a implantação do curso de Educação Física da UNEB campus IV, nas quais estabelecem Diretrizes Curriculares Nacionais para formação de professores (nível superior) que atuarão na Educação Básica, aplicando-se, por tanto, a todas as etapas e modalidades. Salienta-se que a resolução 01/2002 aponta que o profissional deve ter conhecimentos sobre crianças, adolescentes, jovens e adultos como também os alunos com deficiência e os de comunidades indígenas. Realizando o que é descrito no artigo 11º parágrafo único:

Nas licenciaturas em educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental deverão preponderar os tempos dedicados à constituição de conhecimento sobre os objetos de ensino e nas demais licenciaturas o tempo dedicado às dimensões pedagógicas não será inferior à quinta parte da carga horária total.⁵²

Do mesmo modo, a resolução 07/2004 deixa claro que a formação do profissional de Educação Física deve contemplar, como antes descrito, os interesses, expectativas e necessidades das pessoas igualmente apontadas na resolução anterior, para que haja a capacidade de “ [...] planejar, prescrever, ensinar, orientar, assessorar, supervisionar, controlar e avaliar projetos e programas de atividades físicas, recreativas e esportivas nas perspectivas da prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer e de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas”⁵³. Outro ponto nesta resolução encontra-se no artigo 10º, parágrafo 2º no qual aponta a importância de não haver indissociabilidade teórico-prática e a consolidação de competência através dos estágios:

§ 2º O estágio profissional curricular representa um momento da formação em que o graduando deverá vivenciar e consolidar as competências exigidas para o exercício acadêmico-profissional em diferentes campos de intervenção, sob a supervisão de profissional habilitado e qualificado, a partir da segunda metade do curso.⁵⁴

Associando estas informações ao currículo e ementas do curso da Uneb Campus IV, percebe-se a carência de informações nas ementas, sendo apontado o termo criança em apenas uma ementa e por isso as disciplinas não se atentam a Educação Infantil, sendo direcionados em sua maioria para Ensino Fundamental II e Médio.

Se na construção do conhecimento teórico existe a insuficiência de conteúdos que tratem do público infantil, conseqüentemente, não há construção de objeto de ensino, planejamento, prescrição, ensino, orientação e avaliação como é descrito na resolução 07/2004, como também não é cabível a prática no próprio estágio, pois não diferenciaria os profissionais em formação dos leigos. Faz-se necessária a relação com apenas dois outros estudos encontrados pelo motivo de haver poucos trabalhos científicos sobre o objeto. O de Lacerda⁵⁵, no qual faz a análise no currículo do curso de Educação Física da UEFS (Universidade Estadual de Feira de Santana). A autora traz como resultado, a indicação explícita e especificamente do termo Educação Infantil apenas três vezes nas

⁵² Brasil, Conselho Nacional de Educação – Conselho Pleno, Resolução CNE/CP nº 2...

⁵³ Brasil. Conselho Nacional de Educação – Câmara de Educação Superior...

⁵⁴ Brasil. Conselho Nacional de Educação – Câmara de Educação Superior...

⁵⁵ C. G. Lacerda, Análise da formação do professor de Educação Física da UEFS...

ementas das disciplinas, tendo um caráter aproximado a seus momentos higienistas e compensatórios e a outros referentes as especificidades dessa etapa de ensino possibilitando o conhecimento da realidade com observação e regência.

A autora ainda aponta que apesar de ser citada a Educação Infantil, muitos conteúdos discutidos no meio acadêmico-científico como também nas produções não são contemplados pela sobreposição dos conteúdos nos componentes curriculares, o que não difere do que acontece no currículo da UNEB campus IV, há uma grande demanda de conteúdo para pouca carga horária, sendo citada somente uma vez especificamente, a Educação Infantil não é garantida nas discussões acadêmicas.

Como foi percebido, existem disciplinas no currículo da UNEB que apontam em suas ementas elementos, termos e conteúdos que poderiam abranger e fazer o vínculo também a Educação Infantil. O empecilho é a falta de especificidade ao elaborar as ementas, de maneira generalizada os docentes e até mesmo os discentes fazem interpretações diferentes e que achem conveniente ser ministrado nas aulas.

Alviano Jr.⁵⁶ traz em sua tese de doutorado apresentada à Universidade de São Paulo (USP) intitulada “Formação inicial em educação física: análises de uma construção curricular” que foi realizada em uma instituição de ensino superior privada da cidade de São Paulo, a análise do processo de elaboração do currículo do curso de Educação Física objetivando mapear os diversos olhares sobre sua elaboração, entender as relações de poder estabelecidas durante o processo, e as identidades exaltadas, admitidas ou excluídas partindo dos mecanismos de construção curricular elucidando qual identidade de professor de Educação Física foi mobilizada pelos membros de colegiado responsável pelo processo. Na realização deste estudo foi adotada a bricolagem e Estudos Culturais como referência de análise, havendo entrevista dos participantes do colegiado. Assim como o currículo do curso da Uneb, o desta instituição paulista foi fruto de trabalho coletivo, o que neste caso o autor critica a dificuldade de caracterizar como democrática a elaboração curricular que se origina de uma construção coletiva, já que “[...] o que deveria ser um trabalho de construção curricular coletivo tornou-se uma arena de disputas na qual os docentes procuram manter seu espaço de poder no currículo que seria elaborado.”⁵⁷

Outro ponto a ser destacado nesta tese são algumas falhas que foram citadas no currículo analisado, dentre outras o autor se atentou a discussão/inserção da Educação Física na Educação Básica, enfatizando que “não houve preocupação em compreender ou posicionar-se em relação a escola”⁵⁸, desse modo o autor sugere que tais conhecimentos devem ser considerados “[...] para que as temáticas que irão compor o currículo surjam a partir da investigação do ambiente escolar, e não centradas em acordos meramente políticos, de cunho mais administrativo que pedagógico[...]”⁵⁹, o currículo da Uneb campus IV carece desse olhar para a investigação do âmbito formal mais especificamente para a Educação Infantil, desprendendo-se de aspectos que façam do currículo monolítico.

⁵⁶ W. Alviano Junior, Formação inicial em Educação Física: análises de uma construção curricular. 2011. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

⁵⁷ W. Alviano Junior, Formação inicial em Educação Física: análises... 102.

⁵⁸ W. Alviano Junior, Formação inicial em Educação Física: análises... 110.

⁵⁹ W. Alviano Junior, Formação inicial em Educação Física: análises... 110.

Propõe-se então, uma revisão nas ementas e uma atenção para a Educação Infantil como etapa de ensino que deve ser contemplada pela Educação Física e isto está de acordo com a colocação de Kraemer et al⁶⁰ na qual afirma que para que o trabalho do professor na Educação Infantil seja eficaz é necessária a construção de um currículo que tenha a visão de atender e colaborar com a formação de professores capazes de contribuir com a autonomia das crianças, com o enfrentamento e a solução de problemas, além de favorecer o desenvolvimento da comunicação e das suas diversas linguagens.

Conclusões

Tendo em vista as informações contidas nessa pesquisa, é o momento de retornar aos objetivos que foram elaborados. Como objetivo geral propus investigar se o currículo do curso de Licenciatura em Educação Física da UNEB campus IV oferece subsídios para o recém-formado atuar na Educação Infantil, seguindo por caminho específicos de 1. Levantar informações acerca do papel do professor de Educação Física na Educação Infantil; 2. Analisar as bases legais existentes no país que dão subsídios a intervenção do professor de Educação Física na educação infantil 3. Compreender a estrutura curricular do curso de Licenciatura em Educação Física da UNEB relacionando à formação do professor e sua atuação na Educação Infantil. Todos eles foram contemplados e cumpridos.

O currículo do curso de Licenciatura em Educação Física da UNEB campus IV não dá total subsídios para o futuro profissional atuar na Educação Infantil, pois o mesmo não aponta claramente nas ementas que esta etapa de ensino deve ser abordada nas aulas, não há obrigatoriedade de aplicar conteúdos específicos da criança, da Educação Infantil ou Educação Física Infantil sendo postos em segundo plano já que existe uma demanda de conteúdos extensa para poucas horas. Como se percebeu, somente o componente Fundamentos Teóricos e Metodológicos do jogo trata da criança e seu desenvolvimento tornando o currículo enfraquecido, de pouca base teórica e uma despreocupação referente ao tema.

Ressaltando a dificuldade de encontrar estudos que tratassem da tríade (Educação Física, Educação Infantil e Currículo), é de grande importância a realização de outros estudos como este, em outros campi da UNEB como outras Universidades da mesma ou outras regiões nas quais ofertam o curso de Educação Física, assim como estudos que se aprofundem neste e respondam questionamentos e vertentes que esta pesquisa se limitou ou fez surgir seja pela análise documental ou pelos objetivos propostos.

Referências

Alviano Junior, W. Formação inicial em Educação Física: análises de uma construção curricular. 2011. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

Basei, A. P. A Educação Física na Educação Infantil: a importância do movimentar-se e suas contribuições no desenvolvimento da criança. Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria. 2008.

⁶⁰ Sonia Kramer et al. Com a pré-escola nas mãos: uma alternativa curricular para a educação infantil (São Paulo: Ática, 1997).

Bock, A. M. B; Furtado, O. y Teixeira, M. L. T. Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia. Barra Funda: Editora Saraiva, 1999. 13^o edição.

Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para educação infantil. MEC/SEF, 1998.

Brasil. Lei 9394/96–Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 04 de março de 2016, v. 30, 2013.

Brasil. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 5/2009. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 18 dez de 2009.

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil. Brasília: MEC, SEB, 2010.

Brasil. CFE – Resolução 03 / 87, de 16 de junho de 1987, Brasília: Documenta 315 / setembro, 1987.

Brasil. CFE – Resolução nº 69/ 69, de 06 de novembro de 1969 – Fixa os mínimos de conteúdos e duração a serem observados na organização.

Brasil. Conselho Nacional de Educação – Conselho Pleno, Parecer CNE/CES nº 1, de 18 de Fevereiro de 2002.

Brasil. Conselho Nacional de Educação – Conselho Pleno, Resolução CNE/CP nº 2, de 19 de Fevereiro de 2002.

Brasil. Conselho Nacional de Educação – Câmara de Educação Superior, Resolução CNE/CP nº 7, de 31 de Março de 2004.

Carvalho, A. C. A. Educação Física na Educação Infantil: produções apresentadas no CONBRACE (1997 a 2007). Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Física Fisioterapia e Terapia Ocupacional, 2009.

Gil, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

Kaefer, R. C. L. y Assis, A. E. S. A Importância da Educação Física na Educação Infantil. 2008.

Kramer, Sonia et al. Com a pré-escola nas mãos: uma alternativa curricular para a educação infantil. 09. ed São Paulo: Ática, 1997

Lacerda, C.G. Análise da formação do professor de Educação Física da UEFS que legitime sua presença na escola de Educação Infantil. 78f. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação). Universidade Estadual de Feira de Santana, 2009.

Lüdke, M. y André, M. E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

Neto, C. G. Arcabouços e abordagens pedagógicas da Educação Física na Educação Infantil. Belo Horizonte, 2007.

Pereira, M. B.; Fregonese, N. y Toledo, Z. C. L. Educação Física na Educação Infantil: O Desenvolvimento da Atenção em Crianças de 5 Anos. Universidade do Estado de Londrina, 2009.

Piaget, J. Seis Estudos de Psicologia. Rio de Janeiro: Forense, 1972. Coleção Cultura em Debate.

Rolim, L. R.; O professor de Educação Física na Educação Infantil: uma revisão bibliográfica. 2010.

Silva, E. S; Silva, I. R. y Andrade, M. P. A contribuição da Educação Física na aprendizagem infantil segundo a opinião dos professores. Ji-Paraná/Ro, 2007.

Silva, E. F. y Pinheiro, M. C. M. A Educação Infantil como campo de conhecimento e suas possíveis interfaces com a Educação Física. Revista Pensar a Prática. Goiânia, GO, v. 5, Jul./Jun. 2001/2002. p. 39-56.

Silva, O. O. N. Formação profissional em Educação Física no Brasil: história conflitos e possibilidades. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

Silva, T. T. Documentos de identidade: uma introdução as teorias do currículo. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

Triviños, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

Tojal, J. B. Formação de profissionais de educação física e esportes na América Latina. Movimento & Percepção, Espírito Santo de Pinhal, SP, v.5, n.7, jul/dez. 2005.

Universidade do Estado da Bahia. Disponível em <[http:// www.uneb.br](http://www.uneb.br)> Acessado em: 10 de setembro de 2015.

Para Citar este Artigo:

Da Silva, Osni Oliveira Noberto y Oliveira, Geise Sousa. Educação Física na educação infantil: uma análise do currículo do curso da UNEB Campus IV. Rev. ODEP. Vol. 2. Num. 3. Julio-Septiembre (2016), ISSN 0719-5729, pp. 28-46.

Las opiniones, análisis y conclusiones del autor son de su responsabilidad y no necesariamente reflejan el pensamiento de la **Revista Observatorio del Deporte ODEP**.

La reproducción parcial y/o total de este artículo debe hacerse con permiso de **Revista Observatorio del Deporte ODEP**.